

O Estado e a Educação: interfaces no debate educacional

Paiva, Marlúcia Menezes de

mmarlupaiva3@gmail.com

Universidade Federal do Rio Grande do Norte-UFRN

O objetivo deste estudo é situar historicamente a trajetória da educação superior no Brasil, mediante as políticas educacionais encetadas pelo Estado Brasileiro, no processo de sua constituição em Estado-Nação, particularmente a partir do ano de 1808, até 1930, na denominada Era Vargas. Diante dessa assertiva, optamos por historicizar a construção das duas trajetórias, a do Estado capitalista e a das reformas do sistema educacional, num caminho imbricado e paralelo. Apoiando-me em referencial marxista de análise, concluímos que qualquer estudo do sistema educacional não pode ser separado de análise implícita ou explícita dos propósitos e do funcionamento do setor governamental. Pelo menos em países como o nosso, que ainda comporta altos índices de pobreza e a presença do Estado é, não só um direito dos cidadãos, mas uma condição essencial de acesso à escola para grandes parcelas da população. Neste estudo, pretendemos demonstrar que no processo de formação como Estado-Nação, das primeiras décadas do século XX, observamos a existência de uma supervalorização dos efeitos da educação na transformação da nação, atrelado a mudança na estrutura governamental. Pela educação seremos alçados aos seios dos países civilizados. Essa máxima persiste e esconde as relações de classe que permeiam as sociedades capitalistas ditas modernas.

Palavras-chave: Estado, Educação Superior, Reformas

Paiva, Marlúcia Menezes.

O Estado e a Educação: interfaces no debate educacional

Falar sobre a temática “Estado e Educação: interfaces no debate educacional” implica em situar historicamente a trajetória da educação, no caso particular da educação brasileira, diante das políticas educacionais encetadas pelo

Estado Brasileiro, no processo de sua constituição em Estado-Nação. Diante dessa assertiva, optamos por historicizar a construção das duas trajetórias, a do Estado e a das reformas do sistema educacional, num caminhar imbricado e paralelo.

De início, valho-me de Martin Carnoy (1984, p.19), que se apoiando num referencial marxista de análise, diz que “qualquer estudo do sistema educacional não pode ser separado de alguma análise implícita ou explícita dos propósitos e do funcionamento do setor governamental”. Pelo menos em países como o Brasil, que ainda comporta altos índices de pobreza, a presença do Estado é, não só uma garantia de direitos dos cidadãos, mas uma condição essencial de acesso à educação escolar para grandes parcelas da população.

O mesmo autor nos diz que, se “o poder se expressa, pelo menos em parte, através do sistema político de uma sociedade, qualquer tentativa de desenvolver um modelo de mudança educacional deve ter atrás de si uma cuidadosa reflexão e uma teoria sobre o funcionamento do governo o que chamamos de uma ‘teoria do Estado” (1984, p.19), mesmo que não aceitemos o poder do sistema educacional na sociedade, para ele não é possível discutir a educação, particularmente a educação formal, sem discutir o sistema governamental.

A Formação do Estado Brasileiro e a Educação

Embora o propósito inicial deste trabalho era analisar o Estado brasileiro a partir da Revolução de 1930, sentimos a necessidade, falando em termos de construção do Estado-Nação, de contextualizar essa formação, reportando-nos a 1808, ano da chegada do Príncipe-Regente D. João VI ao país, trazendo consigo a família real e toda a Corte portuguesa, fugindo das tropas de Napoleão Bonaparte, que invadiram Portugal, em represália ao apoio dado por esse país à Inglaterra.

A chegada do Príncipe-Regente, juntamente com o aparato bélico-administrativo-cultural português, desencadeou o processo de reformulação do Estado brasileiro. O aparelho estatal português foi transferido para o Brasil. O país tornou-se o centro das práticas políticas, militares, ideológicas, econômicas, administrativas do Estado português. Muitos autores, a exemplo de Caio Prado Júnior (1987), dizem que a emancipação política brasileira tem início com a chegada do Príncipe Regente, em

1808. Em seguida, em 1815, o país foi elevado à categoria de Reino Unido de Portugal e Algarves, ganhando, portanto, o status de Estado.

Essa modificação, ensejou, paralelamente, transformações na área educacional e cultural, sendo o ensino superior o alvo privilegiado pelo Governo. Essas transformações se tornaram visíveis na reestruturação e ampliação de cursos superiores, marcados pelo espírito científico de caráter profissionalizante e utilitário, deixando de lado, até certo ponto, o *escolasticismo* do ensino jesuíta. Muitos cursos foram criados no período. A título de ilustração, citaremos alguns: Academia da Marinha (1808) e Academia Real Militar (1810), na Corte; curso de cirurgia e um Hospital Militar, na Bahia (1808); curso de anatomia e cirurgia, no Rio de Janeiro (1808) a que foi acrescentado, em 1809, o de medicina; na Bahia, a cadeira de economia (1808), o curso de agricultura (1812), o de química em 1817, abrangendo química industrial, geologia e mineralogia e, em 1818, o desenho técnico; no Rio de Janeiro o laboratório de química (1812) e o curso de agricultura (1814); a Escola Real de Ciências Artes e Ofícios (1816), depois (1820) transformada em Real Academia De Pintura, Escultura e Arquitetura Civil.

A Revolução Liberal do Porto, de 1820, provocou o retorno de D. João VI e, em seguida, a Independência do Brasil, proclamada por seu filho D. Pedro I, em 1822, que pouco acrescentou ao legado educacional de D. João VI. O Estado adquiriu novo contorno em virtude da autonomia política adquirida, surgindo daí a necessidade de uma Constituição, que foi outorgada em 1824.

Em termos de legislação, no que refere à educação, o Império nos legou a primeira Constituição brasileira, outorgada em 1824, que estipulava, em seu artigo 179, “a instrução primária gratuita a todos os cidadãos”; a Lei de 15 de outubro de 1827, primeira lei geral para o ensino de Primeiras Letras, cujo projeto final determinava algumas importantes mudanças, como afirmava logo no artigo 1º: “Em todas as cidades, vilas e lugares mais populosos, haverá escolas de primeiras letras que forem necessárias”. (MOACYR, 1936, p. 189-191); e o Ato Adicional de 1834, que no período da Regência descentralizou a educação, cabendo às Assembleias Provinciais a responsabilidade de regulamentar a instrução primária e secundária, ficando o ensino superior em geral e a organização escolar do Município Neutro sob a responsabilidade da administração nacional, hoje federal, entretanto, quase nada se falou do ensino

superior. Nessa direção, foram criados, em 1827, apenas dois cursos no período, na área das Ciências Jurídicas e Sociais. Materializaram-se nas Faculdades de Direito do Brasil, uma no Convento de São Francisco, em São Paulo, e outra no Mosteiro de São Bento, em Olinda (PE), dando continuidade ao criticado *bacharelismo* do ensino superior brasileiro.

Outras iniciativas importantes ocorreram, como a criação das Escolas Normais e do Colégio Pedro II, mas em termos de ensino superior, pouco foi empreendido. O quadro educacional apresentava índices bastante negativos, pois chegamos ao final do Império, em 1890, com cerca de 85% da população analfabeta.

A República

O descontentamento com o Império estendera-se a setores da burguesia cafeeira, do exército e das camadas médias das cidades, eclodindo na proclamação da República, em 1889, levada a termo por parcelas do exército e das citadas camadas médias republicanas. Inicialmente, não trouxe grandes alterações do ponto de vista educacional. Em termos políticos mudou o Estado. Em termos educacionais presenciamos o início de debates e tentativas de organização de um sistema educacional, a exemplo da criação dos Grupos Escolares. A influência positivista, corrente nos meios intelectuais, políticos e militares, incrementava a discussão sobre a importância de se modificar a educação nacional, pois os altos índices de analfabetismo surpreendiam, sem no entanto, nada mais significativo ter sido construído.

Nas primeiras décadas do período republicano observamos, nos discursos em voga, uma supervalorização dos efeitos da educação na transformação da Nação. Pela educação seríamos alçados ao seio dos países civilizados. Pela educação alcançaríamos a identidade nacional ainda não atingida. As diretrizes da nova escola que permeavam o campo educacional, possibilitaram aos novos educadores uma série de experiências educacionais nos Estados, que evidenciavam uma nova forma de ensinar. Por outro lado, a economia dava passos significativos.

Em matéria de educação superior, o panorama foi tomando rumos diferentes do Império. O Estado, permeado pelo ideário positivista, introduziu medidas que intencionavam adequar a educação no âmbito dessa influência. O debate sobre educação, promovido inicialmente pelos intelectuais e militares influenciados pelas

ideias positivistas, pressionou o Governo que, no período, promoveu cinco reformas educacionais que tiveram por alvo os ensinos primário, secundário e superior. Essas reformas, apresentavam intenções implícitas que preparavam o caminho para a introdução de um sistema de ensino nacional, mas, nas maiores das vezes, não passou de letra morta.

Em 1890, Benjamin Constant, um dos líderes da proclamação da República, representante maior do movimento positivista, então à frente do Ministério da Instrução Pública, Correios e Telégrafos, liderou a primeira das reformas republicanas, por meio do Decreto 981, de 08 de novembro de 1890, que tratou da reforma da Instrução Primária e Secundária para o Distrito Federal, que serviu de modelo para os demais Estados, antecedendo a regulamentação do ensino superior.

Em 1911, Rivadávia Correia, também adepto do ideário positivista, então ministro da Justiça e Negócios Internos, publicou o Decreto 8.659, de 05 de abril de 1911, de título “Lei Orgânica do Ensino Superior e do Fundamental da República”. Esse decreto tratou da organização do ensino superior e teve como principal objetivo a *desoficialização* desse ensino, máxima positivista, apontando a urgência do *ensino livre*, em contraposição ao *ensino obrigatório*. Para Cury, essa desoficialização

É o fim do Estado Educador, é a famosa defesa positivista de que o *poder espiritual* não pode ser tutelado pelo *poder temporal* dos governos. O diploma era considerado um ato oficial de governo cujo *privilégio* seria o de ser oficial e de ser o critério para equiparação existente até então desde o Império. (2016, p. 725)

Nessa Reforma, observamos que o Estado brasileiro, renovado com a República, procura adequar a educação ao novo contexto histórico. Promoveu a autonomia didática e administrativa aos Institutos de Ensino Superior, dando-lhes total liberdade e descentralização. Embora o ensino superior continuasse sendo ofertado em escolas isoladas. As demais Reformas, a de Carlos Maximiliano (1915) e a João Luís Alves/Rocha Vaz (1925), além dos ensinos primário e secundário, abordaram o ensino superior, continuando na tentativa de dar-lhe melhor organização. A última Reforma criou o Departamento Nacional de Ensino, antecedente do Ministério da Educação.

Os anos de 1920 foram pródigos em inovações, em movimentos culturais e políticos. Aconteceu a Semana de Arte Moderna, em São Paulo, momento em que os

artistas se pronunciaram por mudanças no seu setor; os educadores criaram a Associação Brasileira de Educação (ABE), que promoveu as notórias Conferências Brasileiras de Educação (CBEs); ocorreu a criação do Partido Comunista; os militares se organizavam no movimento denominado de “tenentismo”, que se opunha à ordem vigente; a Igreja Católica também procurou organizar seus quadros intelectuais, criando jornais, revistas e o marcante Centro Dom Vital. É um quadro que demonstra sinais de mudanças, mas também de insatisfação das camadas médias com a ordem vigente. A denominada República Velha, dominada pelas oligarquias cafeeiras, havia posto em prática uma política excludente. O eixo São Paulo – Minas Gerais, com a política do *café com leite*, passou a dominar política e economicamente o país. Tal quadro, desencadeou descontentamentos nos diversos segmentos sociais, que reivindicavam estruturas políticas e sociais mais democráticas, particularmente nas nascentes camadas médias, no operariado das cidades e em parcela das camadas dominantes. O mundo se modernizara, as democracias estavam se consolidando no mundo ocidental, o Brasil continuava sem entrar na modernidade tão alardeada nos discursos das camadas dominantes.

Ainda nesse momento histórico, ocorreu a crise mundial do capitalismo, em 1929, provocando uma *débâcle* na economia mundial e também na economia brasileira; as tradicionais oligarquias nacionais mostraram-se fragilizadas. Essa conjuntura, internacional e nacional, fez eclodir o movimento que passou à história com a denominação de “Revolução de 1930”, canal que deu vazão a muitas insatisfações, possibilitou o redimensionamento do Estado e a recomposição das forças até então detentoras do poder.

Com esse fato histórico, assistimos o início da denominada “Era Vargas”, com a ascensão de Getúlio Vargas ao poder, por 15 anos, conduzindo o Brasil para uma etapa superior de desenvolvimento capitalista, governando inicialmente como interventor, depois como presidente eleito e, em 1937, por um golpe de Estado, tornando-se ditador até 1945, caindo durante o percurso da Segunda Grande Guerra.

O governo pós-1930

O Governo Vargas, que assumiu em outubro de 1930, cedo tratou de modificar as estruturas econômicas e institucionais, criando condições para a instalação de um Estado de feição mais burguesa. Em 1930, criou o Ministério dos Negócios da

Educação e Saúde Pública, que possibilitou a concepção de uma política nacional para a educação brasileira, até então descentralizada em poderes oligárquicos locais. Presenciamos duas grandes Reformas na Educação, que receberam os nomes de seu ministros da Educação. A primeira, em 1931, conhecida como Reforma Francisco Campos, e a segunda como Reforma Capanema, ou Leis Orgânicas do Ensino.

Na primeira, além da criação do Ministério dos Negócios da Educação e Saúde, o Governo editou uma série de decretos que permitiu o estabelecimento e organização do ensino universitário no país. O primeiro deles, o Decreto 19.850, criou o Conselho Nacional de Educação, entidade com poderes para coordenar, em nível nacional, as atividades relativas à educação no país; em seguida o Decreto 19.851, que disciplinou e adotou o ensino superior no país; e o Decreto 19.852, que trata da organização e disciplinamento da Universidade do Rio de Janeiro, e que, de fato, promoveu a elaboração do Estatuto dessa universidade. Todos os três Decretos datam de 11 de abril de 1931.

Do ponto de vista de ensino universitário, a Universidade do Rio de Janeiro, que fora designada em 1920, fruto do agrupamento de três cursos profissionais de nível superior, já existentes, revestiu-se de nova configuração, com a criação de Reitoria, Conselhos Superiores, entre outros órgãos, assinalando, portanto, a existência da primeira Universidade no país. Werebe (1970), no entanto, considera que essa instituição estava distante do conceito de um centro de ensino superior, de elaboração e difusão do conhecimento. Para essa autora, as primeiras universidades brasileiras “não passavam de agregados de escolas, sem se constituírem em centros de alta cultura e pesquisa, nos quais os diferentes institutos estivessem entrosados e reunidos sob o mesmo espírito” (1970, p. 187)

Poucos anos depois, um grupo de intelectuais, que possuía ligações com cursos superiores já em funcionamento, formalizou o projeto da Universidade de São Paulo (USP), aprovado pelo Decreto 6.283, de 25 de janeiro de 1934, do interventor federal daquele Estado. No ato de seu surgimento, a USP teve trajetória diversa da Universidade do Rio de Janeiro. Essa universidade, que nasce com uma proposta diferente da anterior, tem apontada em seus fins:

- a) promover, pela pesquisa, o progresso da ciência; b)
- transmitir pelo ensino, conhecimentos que enriqueçam ou

desenvolvam o espírito, ou sejam úteis à vida; c) formar especialistas em todos os ramos da cultura, e técnicos e profissionais em todas as profissões de base científica; d) realizar a obra social de vulgarização das ciências das letras e das artes, por meio de cursos sintéticos, conferências, palestras, difusão pelo rádio, filmes científicos e congêneres. (Apud TOBIAS, 1972, p.237)

A proposta introduzida pela USP, respondia ao momento histórico de renovação vivido pelo país. Não só a transformação na economia, modificando-se paulatinamente de *predominante agrária* para uma perspectiva mais voltada para a industrialização, mas, também, pelo embate das novas ideias na educação, com o movimento dos Pioneiros da Educação Nova, defensores da escola pública, laica, adeptos de uma renovação na educação, levando em conta o ideário da denominada *Escola Nova*. Em 1932, foi lançado o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, marco desse momento histórico, assinado por vinte e cinco intelectuais e educadores de destaque no país, que exigiam do Governo a prometida reconstrução educacional. O embate desse grupo teve como interlocutores os adeptos da escola privada, notadamente os defensores da Igreja Católica, contrários à escola laica, estatal, por a considerarem ausente dos princípios educativos transmitidos pela família e pela Igreja

Com a Era Vargas ocorreu um rápido aumento no número de universidades, atingindo o ano de 1959 com 21 unidades (WEREBE p. 187). No início desse Governo havia no Brasil apenas três universidades; em 1945, final dessa era computamos a existência de cinco universidades, sem relacionar os cursos superiores isolados. De certa maneira, a República foi um elemento facilitador da proliferação do ensino superior. Como diz Cunha (1980, p. 155), houve um “alargamento dos canais de acesso ao ensino superior”. Segundo esse autor,

No período que vai da reforma Benjamin Constant, em 1891, até 1910, ano imediatamente anterior ao da reforma Rivadávia Corrêa, foram criadas no Brasil 27 escolas superiores: 9 de medicina, obstetrícia, odontologia e farmácia, 8 de direito, 4 de engenharia, 3 de economia e 3 de agronomia. (1980, p. 157)

Essa citação não faz referência às universidades, mas de cursos isolados, pois sua primeira aparição ocorreu em 1920. Observamos, ainda, a existência de universidades que tiveram vida curta, como a de Manaus, a do Distrito Federal, entre outras.

Em termos numéricos, levando em conta a dificuldade de levantamento de dados estatísticos no período, tomaremos como referência os dados citados por Luís Antonio Cunha (1980, p. 293,294), no livro “A Universidade temporã: o ensino superior da Colônia à Era de Vargas”. Esse autor nos mostra que em 1932, a população universitária estava estimada num total de 20.739 estudantes; e ao final da Era Vargas esse total estava alçado em 27.253 estudantes, matriculados em 21 diferentes modalidades de cursos. Em 13 anos (1932 a 1945) a população universitária aumentou em 6.514 estudantes, representando um acréscimo de quase 24% de estudantes.

O fim da Era Vargas, coincidente com o término da Segunda Grande Guerra, em 1945, aponta para novas mudanças na organização do Estado nacional e na Educação. Com a redemocratização, e a volta dos embates entre os defensores da escola pública e laica, versus os defensores da escola privada, de orientação religiosa, após 13 anos de tramitação no Congresso Nacional, foi aprovada, em 1961, a primeira Lei de Diretrizes e Bases para a Educação Nacional, que, infelizmente, teve vida curta, pois em seguida presenciamos no país o golpe de Estado civil-militar de 1964, sustando todas as manifestações democráticas no país.

Palavras Finais

Concluindo, lembramos mais uma vez as palavras de Martin Carnoy (1984, p.85), ao analisar a contribuição da escola no mundo capitalista de produção, diz o autor: “As contradições do sistema educacional diminuem o potencial mediador da escola. A escola é mediadora por causa da luta de classes na produção, mas, sendo mediadora, ela própria torna-se parte da luta de classes.” Nesse sentido, em momento de crises, de mudanças, “o bloco do poder tenta através de reformas curriculares, trazer a escola de volta ao seu papel de uma mediadora mais efetiva das contradições na base.”(1984, p. 85)

Ao longo deste estudo, concordando com o autor acima citado, observamos que o Estado brasileiro procurou respaldar suas ações buscando a escola como elemento mediador de seus anseios de mudança. Nos diversos momentos de sua construção como Estado-Nação, a escola foi solicitada como ator coadjuvante de suas pretensões. É bem verdade que a fragilidade da educação brasileira tornou a escola um parceiro não privilegiado, mas um parceiro subalterno, sendo a primeira a sofrer com os revezes

encontrados pelo Estado em seus vários momentos de crise, seja econômica, seja política.

Até o momento histórico em que foi possível estender nosso estudo, essa relação continua sem grandes percalços, ou interrupções. O depoimento do Prof. Jayme Tiomno, na aula inaugural dos cursos da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo, em 1968, relatado por Werebe (1970, p.268), é exemplar para ilustrar nossa argumentação:

Mas o mais terrível de todos, o crime de lesa-pátria, cujo julgamento ainda será feito pela História, foi o da destruição, em 1965, da primeira 'universidade para o desenvolvimento', da América Latina, que foi a Universidade de Brasília, que já havia sofrido forte expurgo em 1964.

Esse professor, testemunha do que havia ocorrido na Universidade de Brasília, na demonstração de forte repressão dos detentores do golpe de Estado de 1964, relata essa reação do governo, no momento em que uma universidade pública apresenta diferente proposta de funcionamento, em desacordo com os interesses desse governo.

Finalizando, voltamos ao início deste trabalho e repetimos, não podemos pensar um estudo do sistema educacional, suas reformas e mudanças, sem analisar os propósitos do setor governamental. Em todos os momentos das reformas encetadas pelo Governo brasileiro no sistema educacional, paralelamente observamos que necessidades dos grupos que estão no poder estão sendo atendidas, valendo-se do poder de mediação da escola.

REFERÊNCIAS

Carnoy, M. *Educação, economia e estado: base e superestrutura: relações e mediações*. São Paulo, Cortez: Autores Associados, 1984.

Cunha, L.A. (1980). *A universidade temporã: o ensino superior da Colônia à Era de Vargas*. Rio de Janeiro, Editora Civilização Brasileira S.A.

Cury, C. J.(1984). *Ideologia e Educação brasileira: católicos e liberais*. São Paulo, Cortez/Autores associados.

Cury, C. J. (2009). *A desoficialização do ensino no Brasil: a Reforma Rivadávia*. Educação e Sociedade. Campinas. v. 30, n.108, out. 2009. Disponível em: < <http://www.cedes.unicamp.br> >. Acesso em: 27 out. 2016

Moacyr, P. (1938). *A Instrução e o Império* (Subsídios para a História da Educação no Brasil) – 1854-1889, São Paulo, Companhia Editora Nacional.

Prado Jr., C. *Evolução política do Brasil: Colônia e Império*. São Paulo, Editora Brasiliense, (198?)

Shiroma, E. O.; Moraes, M. C.; Evangelista, O. (2002). *Política educacional*. Rio de Janeiro, DP&A.

Tobias, J. A. *História da Educação brasileira*. (1972) São Paulo, Editora Juriscredi Ltda.

Vieira, S. L. *Reformas educativas no Brasil: uma aproximação histórica*. (2009). Ceará, UECE.

Werebe, M. J. G. (1970). *Grandezas e misérias do ensino no Brasil*.(1970). São Paulo, Difusão Europeia do Livro.